



Instituto ORT, do Rio de Janeiro, que agora foca em tecnologias digitais, genômica e biotecnologia

Fotos Raquel Cunha/Folhapress

# Novo currículo precisa atender demanda local e diversidade

Curso tem de assegurar ao estudante diploma que faça sentido para a região onde ele mora

OCIMARA BALMANT  
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Aumentar a oferta de ensino técnico só faz sentido se o Brasil criar um modelo atrativo, eficaz e sustentável, afirmam os especialistas.

Isso implica em desenhar currículos que respeitem a diversidade cultural e produtiva do país, garantir que os alunos tenham professores atuantes no mercado, oferecer infraestrutura adequada —o que não é barato, e, sobretudo, exterminar o preconceito com esse ensino.

“Se for feito a qualquer custo não vai mudar nada”, afirma João Batista Oliveira, presidente do Instituto Alfa e Beto e especialista em políticas educacionais. A principal crítica de Oliveira recai sobre a ideia da criação de uma base curricular nacional comum para o ensino técnico.

“Todo mundo tem de ter português e matemática, mas não pode engessar. Na França, por exemplo, há 40 formas de fazer o ensino médio. O governo tem de estimular a diferenciação e não controlar a uniformidade.”

Para João Cardoso Palma Filho, professor de Sociedade, Estado e Educação da Unesp (Universidade Estadual Paulista), esse tipo de padronização indevida é “uma espécie de esquizofrenia” da legislação.

“A LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação] prevê que a União estabeleça as diretrizes curriculares. Mas a União não tem rede, só algumas escolas técnicas. Quem implementa, de fato, são os Estados, que administram 80% das matrículas.”

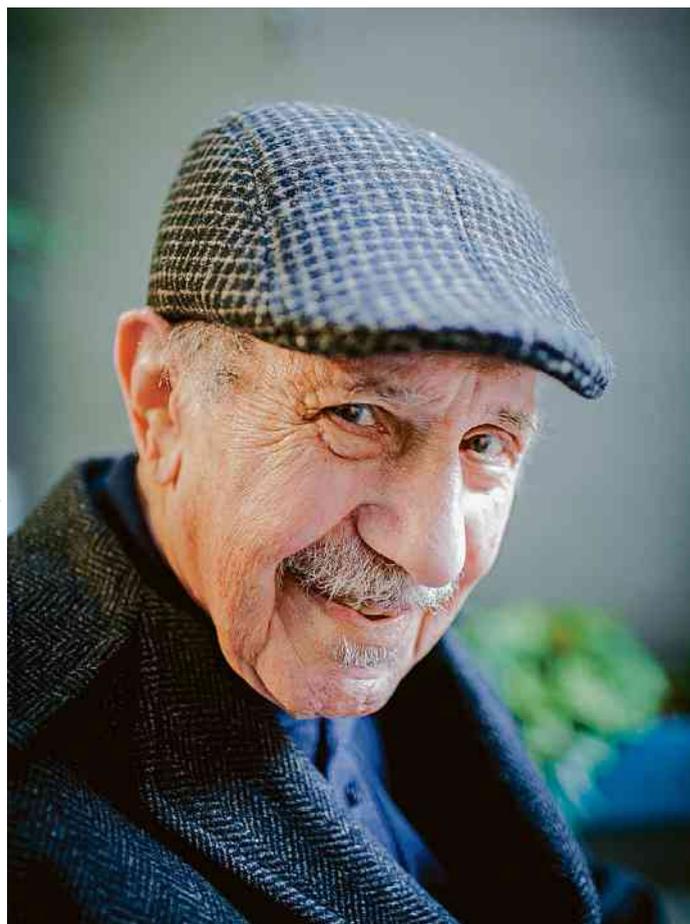
Estudantes trabalham na cozinha industrial da Escola Técnica Estadual Santa Ifigênia, em São Paulo



PAUL SINGER, 84

No curso técnico que fiz, a teoria era melhor que a prática

Estudei na Escola Técnica Getúlio Vargas, que ficava no Brás, na região central de São Paulo. Eu era filho de operários e precisava ter uma profissão para ajudar em casa e porque pensava em migrar para Israel. O curso era melhor na parte teórica do que prática porque faltavam muitos equipamentos. Aprendi a ser eletrotécnico mesmo quando fui trabalhar numa fábrica de elevadores. Os professores eram de ótimo nível. Fui fazer faculdade alguns anos depois. O ensino técnico não significa que você precisa parar nesse nível.



Palma defende que cada unidade da federação mapeie o mercado e ofereça cursos que garantam que o aluno saia com um diploma que faça sentido no contexto local.

É essa sinergia entre oferta e demanda que permite o estágio. “Onde vai estagiar o aluno de um curso de design se a região em que vive é dominada por usinas de cana-de-açúcar?”, pergunta Palma.

Também é necessário estar em sintonia com as exigências do mercado.

O Instituto ORT, do Rio de Janeiro, nasceu há 73 anos como uma escola profissionalizante que atendia as demandas da indústria. Agora, foca em tecnologias digitais e genômica/biotecnologia.

## QUEM ENSINA O QUÊ?

Os dois educadores concordam que o professor do curso técnico não pode ser aquele que entra, ensina sua disciplina e vai embora.

“Formar pessoas para o mercado é diferente de preparar para a universidade. Por isso, até os conteúdos básicos, como português e matemática, têm de chegar ao aluno sob o viés mais prático”, afirma Oliveira.

Quanto às disciplinas ligadas à área profissional, a formação prática do docente é indiscutível. “Grandes atletas são formados por grandes atletas, não pelo professor de educação física”, compara.

Mas é preciso cuidado para que o caráter científico do conhecimento não seja esquecido. “O engenheiro tem o domínio da formação técnica, mas falta o objeto da ciência, da educação”, afirma Luiz Augusto Caldas Pereira, professor do Instituto Federal Fluminense que participou, a convite do MEC, da formulação da política de expansão da rede federal que ocorreu na última década.

Exemplos recentes mostram que não é simples encontrar esse docente. Os institutos federais espalhados pelo país registram déficit de professores. Entre as causas do desinteresse estão a questão salarial e a falta de infraestrutura adequada.

Pereira defende que União e Estados dividam a conta. “Existe o preço de montagem e o custo de manutenção. Acredito que a União deva repassar os recursos para a estrutura física e os Estados garantirem o funcionamento.”

No atual cenário, é uma conta um tanto difícil de ser fechada, pondera Palma.